



Comissão Municipal de Geografia e Estatística
Ata da 5ª Reunião Ordinária
ENCERRAMENTO DOS TRABALHOS DA CMGE NO CENSO DEMOGRÁFICO 2010

Aos 9 dias do mês de Novembro de 2010, às 10:00, no Câmara Municipal de Vereadores, do município, RIO TINTO, Estado PB, foi realizada a Reunião Ordinária da COMISSÃO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, referentes as atividades do Censo 2010, presidida pelo(a) Jose Rinaldo de Souza representante do IBGE, com a presença dos seguintes membros:

Anderson Alves dos Santos - Universidade Federal da Paraíba
ANTONIA ERNARDO LEANDRO - SECRETARIA EDUCAÇÃO
ERALDO NASCIMENTO CABRAL - Secretaria de Saúde
Eraldo Nascimento Caliato - Prefeitura Municipal de Rio Tinto
Jocivaldo Cavalcanti de Andrade - Sindicato dos Servidores Municipais
Paulo Sebastião do Nascimento Junior - Prefeitura Municipal de Rio Tinto
Severino Soares do Nascimento - APA RIO TINTO
Zulmira Ribeiro dos Santos - Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rio Tinto

O (A) Senhor(a) Presidente, ao abrir os trabalhos, declarou iniciada a Reunião de Encerramento da COMISSÃO MUNICIPAL DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA do Município RIO TINTO e, em seguida, foram tratados os assuntos inerentes à Comissão:

APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS DA COLETA DO CENSO 2010

Em 2010 o IBGE realizou o Censo Demográfico que teve como objetivo levantar todos os domicílios e seus residentes habituais no território legal de cada município.

1.1 Neste município o limite legal do território praticado pelo IBGE em relação ao último levantamento realizado (Censo Demográfico 2000 ou Contagem de População de 2007) foi:

Diferente de 2000 ou 2007.

Motivo:

Melhor definição dos limites legais com o uso de tecnologia avançada, que permite maior precisão na identificação dos mesmos, por iniciativa do IBGE. Houve neste período alteração de área territorial.

1.2 Questionados sobre eventuais divergências quanto aos limites praticados pelo IBGE para o Censo 2010:

Houve contestação e/ou discordância quanto ao limite praticado:

Formal, com contestação fundamentada de que a área de Salema será revista já no convenio IBGE/INTERPA, ainda em andamento e, que será analisado pelo IBGE e a resposta será informada aos membros e à Prefeitura.

2.1 No último levantamento realizado no município, no ano de 2007, foram identificados 7095 domicílios/unidades residenciais/endereços residenciais.

2.2 No território do município o Censo 2010, o IBGE identificou um total de 7641 domicílios, assim distribuídos: 6626 particulares permanentes ocupados 10 particulares improvisados ocupados, 624 vagos, 0 fechados e 3075 uso ocasional, além de 6 domicílios coletivos com morador.

O Representante do IBGE indagou aos membros presentes sobre eventuais evidências em registros administrativos do município que apresente um número maior de domicílios/unidades residenciais/endereços residenciais em relação aos levantados pelo Censo 2010.

Houve contestação sem apresentação de documento comprobatório, o qual, quando entregue, será analisado pelo IBGE e a resposta será apresentada aos membros e à Prefeitura.

3.1 No último levantamento realizado no município, no ano 0, a população recenseada foi de 0 habitantes, com a coleta presencial.

3.2. A população recenseada no Censo 2010 nos domicílios particulares ocupados (permanentes e improvisados) e nos domicílios coletivos com morador foi de 0 habitantes, por entrevista presencial ou pela internet.

Foi comunicado aos presentes que até o dia 24/11/2010 o IBGE trabalhará no controle de qualidade da cobertura da coleta e esta tarefa abrangerá a verificação detalhada da cobertura do território, das reclamações apresentadas pelos membros da CMGE, e moradores que se manifestarem por telefone (0800-721-8181) ou pela internet (www.ibge.gov.br) e demais contestações fundamentadas.

Além de todas as providências acima mencionadas, o resultado final do Censo 2010, que será apresentado ao Tribunal de Contas da União _ TCU em 27/11/2010, contemplará a estimativa de pessoas para os domicílios que foram classificados pelo IBGE como fechados. Estes domicílios evidenciam a existência de morador(es), o(s) qual(is) não foi(ram) encontrado(s) nas diversas visitas dos recenseadores e supervisores, ou se recusou(ram) a prestar informação.

Outros Assuntos:

Na apresentação realizada pelo Coordenador de Subárea Área, mais uma vez foi reforçado em principio os conceitos de quem era considerado a pessoa moradora no município e as que não eram consideradas, segundo a conceituação do Censo 2010 de forma a que todos pudessem ter elementos capazes de conhecer os padrões conceituações aplicados para o Censo. Segundo o Coordenador de Subárea, José Rinaldo, somente as pessoas residentes nos

domicílios na noite de 31 de julho para 1 de agosto poderiam ser recenseados e, a partir daí, fica claro que há casos excepcionais em que as pessoas não estavam no retrato da noite de 31 de julho para 1 de agosto, por algumas circunstâncias e que devem ser recenseadas, caso a caso foi explicado aos presentes em especial com relação aos estudantes e aos que vão em busca do corte de cana de açúcar nos grandes centros produtores, mas que logo após retornam ao município de origem.

Logo após a apresentação, foi mostrado a todos os presentes os indicadores gerenciais do Censo 2010 para o município, observando alguns indicadores demográficos ao longo dos últimos censos, com destaque para a população registrada, a média de moradores que a cada período intercensitário se registra queda, o crescimento do número de unidades domiciliares em especial nos setores urbanos e o elevado grau de esvaziamento dos domicílios rurais, além das sucessivas quedas nas taxas de pessoas com menos de 3 anos de idade e o considerável aumento da população de 69 anos e mais e, em especial o avanço no grau de urbanização, ou seja as pessoas em função da violência rural estão preferindo vir morar na cidade onde possivelmente os serviços de segurança são bem melhores, muito embora continuem com suas atividades voltadas para o setor agropecuário. Um outro detalhe da desaceleração populacional são os próprios programas habitacionais direcionados exclusivamente em áreas urbanas da periferia da cidade fazendo arraiar dezenas de pessoas em busca de novas moradias, explicou Auseni Araújo, Coordenadora de Área, além do que o município que até a Contagem tinha toda a população de Salema, neste Censo 2010 por questões já sabidas pela edilidade não foi contada parte desta localidade que ficou para o vizinho município de Mamanguape.

Após a explanação do Coordenador de Área, Auseni Araújo, falou o Coordenador Técnico José Pereira de Araújo, mostrando mais uma vez a importância da conceituação de quem seria recenseado não somente em Cacimba de Dentro, mas em todo o território nacional, são critérios técnicos internacionais e que temos que aplicá-los, muito embora saibamos do comportamento da população ao longo dos três meses de coleta. Pereira enfatizou que sente muito o momento atual que vive o município, mas estamos aqui para que vocês que são membros da Comissão local, tenha conhecimento de que o trabalho foi bem feito, a cobertura do IBGE nos censos aqui na Paraíba tem sido considerada uma das melhores do País e, mesmo estando seguro de que estamos mostrando neste momento, há ainda o direito que a Comissão através das suas representações possam junto ao IBGE, naturalmente com fundamentação, por que sem ter elementos técnicos capazes que não nos possam subsidiar em nada justifica entrar com recursos levando em consideração aos critérios aplicados no Censo 2010 e, como já disse são critérios técnicos e que não são somente aplicados aqui no município.

O Coordenador Técnico foi enfático ao informar as autoridades locais entre eles a Sra. Prefeita Municipal no sentido de que Rio Tinto mais os 367 municípios no País iniciem o processo de buscar melhorar a fórmula de aplicação do tamanho da população em relação a cota que cada município recebe, para José Pereira não é justo um município com 1500 habitantes receber o mesmo percentual que um município com 10 000 habitantes. É muito importante o gestor municipal observar esses indicadores apresentados, o tamanho da família está diminuindo, são menos filhos e estamos observando uma geração grande de pessoas entrando na terceira idade. O crescimento populacional daqui para a frente tende cada vez mais a diminuir e pelo que estamos observando é que os gestores terão que ter mais cuidado com o envelhecimento populacional. Portanto é muito importante que cada um dos gestores veja como está sendo a forma de distribuição dos recursos que considero desigual e, é por isso que no começo da milha fala eu disse sentir muito a falta de crescimento populacional não só em Rio Tinto, mas no País todo. Injusto mesmo não são os dados apresentados, são as formas de como as cotas de participação estão sendo distribuídas, mais uma vez um município que tem uma população de 1500 habitantes recebe o mesmo valor do que um com 10 000 habitantes e essa relação é bastante desigual. Como o IBGE está dando oportunidade a partir da divulgação no diário oficial de 04 de novembro, todos os gestores que sentirem desconfortáveis com os resultados obtidos terão direito ao contraditório e digo mais que onde tiver uma pessoa que não foi recenseada terá que ser, desde que esteja dentro das regras estabelecidas e solicitou a todos os presentes que neste prazo estabelecido pelo IBGE, quem encontrar pessoas que por ventura ainda não tenha sido recenseada poderá entrar em contato com a Coordenação de Área que ele vai ver caso a caso, lembrando o prazo estabelecido que é 24 de novembro, quando estaremos encerrando de forma definitiva o Censo 2010.

O Coordenador Operacional ao falar disse que falou que o problema de registro da queda populacional é realmente um fenômeno que não acontece somente aqui em Rio Tinto mas o IBGE é parceiro de vocês membros da comissão, a nossa missão não é mudar a realidade de qualquer parte do país. Nós temos problemas de limites e áreas territoriais em quase todo o Estado e sabemos que em alguns municípios a grande questão apresentada com as quedas de populações são em áreas fronteiriças que não depende exclusivamente do IBGE, o problema é que estamos avançando com o uso da tecnologia cada vez mais avançada diferente dos apresentados nos censos de 70, 80, 91 e até mesmo o de 2000. Não é o IBGE que está forçando a barra para tirar pedaço de ninguém, estamos e cumprimos apenas a lei. Se há 40 anos o IBGE não tinham muito elementos técnicos capazes de identificar que determinadas localidades não pertenciam a Rio Tinto, com base na Lei de criação do município, hoje nos temos instrumentos capazes de captar com muita precisão onde estamos, é preciso sim, que cada gestor público procure com se ajustar do ponto de vista legal, as definições dos limites do seu território e, isto estamos afirmando já desde a primeira reunião da Comissão Municipal que foi justamente a de mostrar os problemas territoriais existentes de forma a que ao longo do Censo pudéssemos se utilizar do convênio com INTERPA para os ajustes territoriais necessários e, para isso trouxemos aqui o Coordenador da Base Territorial como forma de subsidiar a todos aqui presentes no tocante de como deva proceder para que os seus limites seja realmente assegurados, muito embora saibamos que em Rio Tinto, a gestora com conhecimento já está estabelecendo estas metas e, já encaminha ao INTERPA seus problemas territoriais.

O Coordenador Operacional finalizou dizendo que muito embora o IBGE abra espaço para que todos possam ter o direito de entrar com recursos até o prazo determinado, mas todos vocês podem ter ciência de que temos a certeza da qualidade dos trabalhos desenvolvidos aqui em Rio Tinto pela equipe, foi muito bem feito, além do que toda a equipe envolvida na operação são filhos do município e conhecidos pela sociedade local por sua conduta, muito deles com conhecimento do território, agora sabemos que o que vier de forma documentada nós vamos fazer acatar desde que realmente haja fundamentos.

Mais uma enfoco aos senhores e senhoras aqui presentes que, o que o IBGE está fazendo é seguir as Leis, interpretando bem e tentando aplicá-las, de acordo com o que nos está sendo apresentado. O que os gestores devem fazer é buscar os meios legais dentro do que apresenta a constituição e lutar pela volta de áreas fronteiriças muitas vezes causadoras dos problemas que estamos presenciando aqui.

Na palavra que o Coordenador da Base Territorial, João Batista (Joca) apresentou aos membros ele fez referência que o IBGE, por Lei, está trabalhando a base territorial dos municípios paraibanos ainda com a divisão política administrativa de 1949, deste ano para 2010 houveram significativas mudanças na evolução tecnológica, muitos municípios perderam áreas territoriais para constituição de outros e, os problemas continuaram, Prefeitos administrando áreas que não são suas por Lei, justamente por desconhecer seus limites territoriais. Já é momento de se pensar mais alto, as tecnologias estão avançando e as

definições estão cada vez mais precisas. No caso de Cacimba de Dentro, Cuité, Damião e em especial na fronteira com Araruna. Em 1993 o IBGE iniciou o convênio com o Estado através dos órgãos INTERPA e IDEME, de lá pra cá muitas legislações foram atualizadas. O IBGE, em maio de 2009, portanto antes do Censo iniciar e, encaminhou a todos os municípios paraibanos ofícios consultando os gestores municipais sobre a existência de alguma nova legislação que trate da criação de distritos, bairros, perímetros urbanos e outros poucas edificações mandaram resposta e as que mandaram nós tratamos de repassar ao convênio IBGE; INTERPA de forma a que tivéssemos avanços naqueles questionamentos. Segundo João Batista, Coordenador da Base Territorial é preciso que os gestores em questão se entendam e revejam suas áreas limítrofes litigiosas, naturalmente ouvindo as comunidades locais, somente assim, teremos um Estado com sua base territorial realmente definida, ou se faz assim, ou a cada período censitários os problemas não somente surgirão de novo, mas os municípios com problemas tenderão a perder cada vez recursos.

Para João Batista, Salema, em sua parte já está definida, resta a edilidade rever a situação e, isto já está acontecendo a Prefeitura já entrou com documento junto ao INTERPA. Somente para se ter uma ideia, Rio Tinto foi emancipado em 1956 e até hoje não há problemas territoriais com os limites entre Mamanguape, na área de Salema.

Ao longo da apresentação, a Prefeita Magna Gerbasi, entendeu que seria melhor apresentar os dados do município Rio Tinto entre 2000 e 2010, justamente após a emancipação política de Marcação então distrito. Na sua fala, um dado que ficou bastante percebido e preocupante, é o elevado número de domicílios vagos, segundo a Prefeita ele chama atenção justamente em função de que no município, pelos próprios números apresentados, nossa população urbana tem quase a mesma proporção de domicílios rurais, além do que nós temos trabalhado muito em áreas rurais justamente por o município ser mais atípico do que os outros, levando-se em consideração a áreas de mangues existentes e, que lá somente vai quem conhece. A Prefeita perguntou se teria acesso aos dados, mesmo sem estarem consolidados, de forma a que possamos fazer nosso processo para entrar em recursos. Quero afirmar a vocês que a Prefeitura não vai questionar o trabalho, sério, dedicado, conhecedora da equipe de trabalho local, da responsabilidade institucional que é o IBGE, mas estamos perdendo recursos e, temos que dar uma satisfação a sociedade, temos um centro urbano bastante valorizado, estamos numa involução populacional com estes resultados apresentados e, naturalmente, vamos correr atrás do prejuízo, temos uma vasta área territorial de 466 Km², muito grande para que possamos perder recursos neste momento. Serão cerca de R\$ 100 mil mensais que vai deixar de entrar nos cofres públicos, diante disso já solicito do Sr. Presidente da Câmara Marcos Antônio - Marcão que vamos ter que rever o orçamento previsto para o próximo ano e fazer cortes de forma a que possamos trabalhar dentro dos nossos limites constitucionais. A Prefeita indagou se a localidade Itaberaba cujas casas estão em construção e algumas delas prontas, entrava como vagos, quando foi respondido pela Coordenadora de área que como estavam na condição de construção, eles entraram como unidades em construção. Sabemos que muitos dos moradores trabalham fora, ou seja nos corte de cana em outras unidades da federação e até aqui mesmo na Paraíba, estas pessoas entram como moradores, no que foi dito que sim, muito embora estivessem ausentes, era de forma temporário.

Uma outra indagação da Era Prefeita é muito importante que se veja as localidades nos limites com Mataraca, lá há uma grande densidade populacional e que pertence a Rio Tinto.

O Presidente da Câmara, Marcos Antônio - Carlão, em sua fala disse que os números não são questionáveis, nós até que concordamos, porém acreditamos que o número de domicílios vagos no município é muito elevado, nossa população é quase igual na urbana e na rural, em se tratando deste processo acreditamos que há possibilidade de muitos destes domicílios vagos sejam fechados, tendo em vista que muitos moradores trabalham fora e, as vezes em outras localidades. É preciso que estejamos atentos neste sentido e, solicitamos de ver junto a Coordenação do Censo em Rio Tinto no em verificar com mais cuidado tendo em vista ser área de manguezal, as localidades de cravaçu, jaraguar, tavares e, se for preciso pode contar com o apoio nosso, da prefeitura e, se for o caso iremos verificar estas localidades em loco. O Presidente perguntou se ele poderia escolher o local onde se quer morar, no que foi respondido pela Coordenação que sim, desde que ele estivesse no critério adotado pelo IBGE, uma de suas residências seria de Uso Ocasional.

Na sua interferência, a Prefeita Magna Gerbasi disse que vive a realidade local e disse acreditar que, muito embora estivesse atenta aos conceitos de quem era moradora, nós temos estudantes que devido a proximidade de morar em Santa Rita, João Pessoa e e tem aqueles que mora distantes de suas cidades, residem aqui, e são despesas para o município quando se utilizam dos nossos diversos serviços, saúde, serviços urbanos entre outros e não são contabilizados para Rio Tinto. Mais uma vez a Sra. Prefeita disse que não está questionando a legislação do censo, mas é preciso que as pessoas que usam dos serviços do município e que aqui moram estudante ou não seja recenseados no município. passar 4 anos numa cidade, somente ir em casa nas férias ou duas vezes no ano e não ser contado, não é certo, segundo a Prefeita.

O Coordenador Técnico foi enfático e disse que, o conceito de morador existe, temos que seguir a regra e, da mesma forma que eles, os estudantes, deixam despesas, há também o lado bom para o município, são justamente as receitas que eles deixam, quer seja no aluguel de casas, de repúblicas de estudantes, são compras efetuadas em supermercados, mercados, bares, restaurantes, enfim, eles deixam mais recursos do que despesas e, assim como os estudantes de Rio Tinto que estão fora de suas localidades, também são contados para o município.

O representante da APA, disse que trabalhou no Sertão 5 anos e vinha aqui em Rio Tinto somente em algumas situações e, segundo ele, sempre foi recenseado no local onde trabalhava, muito embora estivesse no município anualmente e, acha correto o trabalho do IBGE, levando-se em consideração a isenção da instituição no que se direciona aos assuntos abordados no questionário.

Segundo o Presidente da Câmara Marcos Antônio ? Carlão, a gente hoje esta com muito problema de aluguel de casa, brigando por casas e, notadamente observamos este elevado índice de domicílios vagos em nosso município. A Coordenação de Área creditou ao elevado aumento de domicílios vagos, na área rural do município, são poucos os considerados vagos na área urbana.

A representante do Sindicato dos trabalhadores Rurais comentou sobre a construção de unidades habitacionais em áreas rurais do município e, espera que nos próximos censos tenhamos estas moradias registradas.

O representante da Universidade parabeniza o IBGE pelo levantamento pelo trabalho enorme, muito importante para subsidiar planejamento e projetos, além do que este debate sucede a muitos conceitos que são fundamentais para sua aplicabilidade e, é claro que o IBGE, a cada Censo melhora tanto tecnologicamente quanto conceitualmente, conflito de percepção de um conceito do tipo: você mora onde, a municipalidade tem uma visão e o IBGE outra que é mais técnica e precisa, é a fotografia no tempo, na noite e já está na hora de se rever se é mais preciso dizer: você mora onde ou você é de onde. A

intenção não é colocar em cheque a terminologia da pergunta, mas o sentido que se dar a ela, estamos aqui apenas colaborando a cerca da questão, muito embora acreditamos nas sucessivas etapas de treinamento que todos vocês tiveram ao longo deste ano.

Um outro questionamento feito pelo representante da UFPB, campus Rio Tinto, se deve aos dados apresentados, eles são importantes para a comunidade acadêmica no sentido de saber que teremos a oportunidade de ter novos números sobre a realidade de cada um dos municípios brasileiros, estamos aqui questionando somente o quantitativo, mas precisamos mesmos é saber quem somos e como vivemos, já a partir da liberação dos dados por setor censitários, no qual foi dito pelo Coordenador Técnico que estes somente estarão disponíveis a partir de 2011.

A Prefeita perguntou se o IBGE que concordava com um tratamento diferenciado a questão indígena, no que foi respondido pelo Coordenador da Base Territorial que sim, o IBGE trabalhou desde 2009 e, teremos com os resultados que serão apresentados ao longo de 2011, dados sobre o conjunto da etnia, suas língua enfim, teremos um banco de dados que irão subsidiar políticas públicas para este nível populacional.

Segundo a Prefeita Magna Gerbasi, não questiona os números apresentados, ela acredita ter mais e, disse que e tem o dever e a obrigação política moral institucional de buscar os meios e os recursos necessários para que o nosso município e teremos que ter elementos técnicos para isso, a Prefeita disse que, enquanto pessoa física não questiona a forma e a modalidade trabalhada pela instituição, a esta altura do jogo talvez iremos questionar juridicamente e independente do resultado, a prefeita vai analisar os dados bem amiúdo.

Para José Pereira o IBGE não esta se contrapondo a nenhum município, é tanto que estamos aqui sob a orientação da Presidência do IBGE e estamos abertos para que todos da Comissão possam ter elementos técnicos e as regras são definidas tanto para Rio Tinto quanto para qualquer outra localidade do País.

O Coordenador Operacional José de Andrade Martins falou aos membros da Comissão local, agradeceu em nome do Chefe do IBGE na parceria feita ao longo do censo 2010, e o nosso entendimento e desejo em estar aberto para que possamos dialogar junto com estas informações que estão sendo levantados aos dos números finais que estão sendo apresentados, muito embora esteja prejudicando o município no tocante a questão financeira em especial para a gestão pública e, o espaço está aberto já a partir do dia 04 de novembro quando o IBGE divulgou os resultados preliminares. No tocante aos domicílios vagos, O Coordenador Operacional orientou a Coordenação de Área e Subárea, a rever todos, desde o momento em que tivemos os primeiros relatórios, no tocantes aos fechados todos os esforços foram feitos e, mesmo assim naqueles que ainda assim esteja nesta condição serão imputados moradores a estas unidades domiciliares.

Com relação as questões que envolvem limites territoriais, o IBGE fica um pouco impotente em trazer este tipo de questionamento uma vez que são de exclusividade do município e não cabe a nossa instituição fazer determinações de mudanças ao não ser com o apoio técnico e, para isto estamos com o Convênio com o INTERPA, que já é do conhecimento da Era Prefeita.

Nos agradecimentos finais, a Era Prefeita foi enfática em dizer o que teremos pela frente será, orientando à presidência da Câmara Municipal a rever o orçamento de 2011 e, afirmou ainda que o município precisa ter um fio de esperança e reverter o quadro a nosso favor e, para isso, mesmo valido os dados apresentados, vamos junto ao INTERPA verificar a possibilidade de ter todo o território de Salema, que é nosso, nós assistimos toda aquela população e, do IBGE verificar essa quantitativa elevado de domicílios considerados vagos, levando-se em consideração que muito dos nossos municípios trabalham no corte de cana em outras localidade e, ficam estes domicílios fechados e, talvez não vagos como está sendo mostrado.

O Presidente da Câmara, também falou no final dos trabalhos e mais uma vez disse que entendia desde os tempo de D Pedro que pela sua divisão, as divisas estavam limitadas a alguns recursos naturais e, não linha reta. Nós temos Salema que não tem como não ser nosso, temos itaúna, maeta regiões de difícil acesso em áreas de mangue e, mesmo o bom conhecedor da área se perde, nós estamos aqui para solicitar aos que aqui realizaram o trabalho de forma a que possamos repassar mais uma vez nestas localidades acompanhadas de um Agente de Saúde que conhecem melhor a área. Neste momento apreendi muito com os conhecimentos passados pela equipe do IBGE que esteve hoje no município, passarei já na próxima sessão da Câmara a todos os vereadores estes resultados e, vou solicitar de cada um deles a missão de verificar junto aos seus, se todos foram recenseados em suas áreas de atuação parlamentar.

Finaliza do os trabalhos a Sra Prefeita agradeceu a todos pelos trabalho aqui desenvolvido, pediu desculpas por nem sempre poder estar presente nas reuniões mas indicou alguns secretários para participar e, mesmo assim nós iremos buscar nosso direito e iremos fundamentar as ações.

No final, na opinião de cada um dos presentes todos foram unanimes em confirmar a validação dos dados apresentados com as ressalvas de rever algumas áreas com elevado número de domicílios vagos e, as localidade nas divisas com Mataraca. Nas demais situações a Comissão concorda com os resultados.

Agradecimentos aos membros da Comissão e fornecimento de certificado de participação.

Na oportunidades, o Coordenador Operacional agradeceu a todos os presentes, limitando-se a não entregar os certificados de participação por ainda não ter chegado ao Estado, muito embora será entregue a cada um dos participantes como forma de gratidão e, sobretudo, garantia de uma parceria bem feita entre a representação de cada um aqui presentes com o IBGE. Agradeço a Prefeitura Municipal pelo espaço cedido para a locação dos servidores em Posto de Coleta, bem estruturado e que nos deu garantia ainda mais da qualidade dos serviços de coleta.

Finalizando os trabalhos, o(a) Senhor(a) Presidente agradeceu a participação de todos os membros da COMISSÃO MUNICIPAL DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA no acompanhamento dos trabalhos de atualização da Base Territorial e da coleta de dados do Censo 2010, declarando encerrado os trabalhos. A Comissão continuará a ser convocada para acompanhar outros trabalhos do IBGE, inclusive no acompanhamento das estimativas anuais da população. E, com a finalidade de constar, foi lavrada a presente ata que, após lida e aprovada, será assinada pelos membros presentes.

Relação dos órgãos/entidades que foram convidados e não compareceram: